

Apresentação do Relatório PISA 2015

Intervenção do Ministro da Educação

5 de dezembro de 2016

A OCDE é uma instituição internacional de referência na Educação, que, para Portugal, traz um enorme valor ao ajudar-nos a pensar como evoluem as nossas políticas educativas, para além da sempre etérea conjuntura política.

A OCDE é, de facto, uma das instituições internacionais que deve ser ouvida em permanência, com quem devemos falar em contínuo e no seio da qual temos muito a aprender e algo também temos tido, felizmente, a ensinar.

A recuperação de um relacionamento ativo, participante e colaborante com a OCDE e, aí, com todos os seus Estados Membros, foi uma preocupação nossa desde o início do mandato. É com grato prazer que vos asseguro que este caminho foi feito e nos acompanhará ao longo da legislatura.

Este Governo, também no que se refere ao relacionamento com as instituições internacionais de referência no setor, neste caso, no setor da Educação, fez o que se impunha que fizesse.

Um regresso à normalidade, recuperando o alinhamento com as boas práticas internacionais que havia sido o caminho seguido desde, pelo menos, o final dos anos 90 e que importava retomar.

Não apenas para reforçar o prestígio e contributo internacional de Portugal, não para causarmos melhor impressão junto dos países que são os nossos referentes, mas sobretudo para que a OCDE continue a acompanhar proximamente as políticas que continuamos e aquelas que implementamos e, assim, possamos beneficiar mais profundamente do seu contributo para que as políticas perdurem para além da legislatura.

É exatamente por isso que, com gosto, vos anuncio hoje que Portugal está de regresso ao PIAAC, tão importante para avaliar as competências dos adultos quanto o PISA é na avaliação dos jovens.

Portugal participou na 1.^a ronda do PIAAC, de 2008 a 2012 e, infelizmente, abandonamos a 2.^a ronda, logo no seu início.

Confirmando aqui que faremos parte da 3.^a ronda do PIAAC, que agora se inicia, e que será um instrumento precioso para monitorizar a evolução na qualificação de adultos. Qualificar os adultos é verdadeiramente fundamental para este Governo e, justamente por isso, integra o primeiro dos eixos do Programa Nacional de Reformas, justamente o relativo à “Qualificação dos Portugueses”.

Também retomaremos um outro percurso interrompido na OCDE. Depois de termos participado na fase de diagnóstico da Estratégia de Competências para Portugal, vamos avançar para a participação nacional na 2.^a fase, dando assim sentido ao que foi interrompido e não devia ter sido.

Ainda no campo das Competências, trabalharemos ativamente com a OCDE no desenvolvimento de um projeto de inovação pedagógica e curricular, que nos vai permitir abrir caminhos para anteciparmos hoje a escola de amanhã: o “Educação 2030”, do qual, aliás, o Professor João Costa é conselheiro nomeado pela OCDE.

Aliás, neste âmbito, e seguindo a participação de Portugal na “Cimeira das Competências” realizada na Noruega este ano e onde partilhámos as nossas políticas e boas práticas numa visão holística do que são as competências necessárias para o Século XXI, informo-vos com muito gosto que Portugal acolherá, em 2018, uma nova Cimeira da OCDE sobre Competências.

Participaremos ainda, no seio da OCDE, num projeto para nós essencial relativo à Gestão dos Recursos Escolares, dotando-nos de instrumentos adicionais para reforçar a eficiência da gestão da rede de ensino e da gestão de recursos humanos que, sabemos todos, representa uma fatia importantíssima do orçamento público que o país dedica à Educação.

Estamos pois, e sintetizando, “de volta” à OCDE, bem para além do PISA, que, felizmente, nunca ninguém teve a audácia de abandonar.

Apesar de tudo, antes assim.

Ainda bem que o PISA não foi abandonado por Portugal, porque o relatório PISA constitui, hoje, uma das ferramentas mais poderosas - e com maior visibilidade pública - para aferir as competências desenvolvidas pelos nossos jovens e, desta forma, a qualidade dos nossos sistemas educativos. 5

Neste sentido, é com enorme satisfação, orgulho e sentido de responsabilidade que constatamos a melhoria contínua observada, de 2000 a 2015, nas áreas da literacia científica, da matemática e da leitura, entre os jovens de 15 anos que frequentam o sistema educativo português.

Uma primeira mensagem – e talvez a mais importante – é para dar os parabéns aos próprios jovens, aos seus professores e encarregados de



educação, aos diretores e pessoal não docente, aos funcionários das estruturas técnicas e administrativas do Ministério da Educação e das autarquias, a todos aqueles que têm dedicado a sua vida à educação, no nosso país.

Contra os arautos da desgraça e aqueles que insistem em desqualificar o trabalho realizado pelos profissionais da educação, podemos hoje dizer – com base em sucessivas edições do PISA e de tantos outros relatórios de instâncias nacionais e internacionais – que o nosso sistema educativo tem vindo a melhorar, de forma gradual e consistente, nas últimas décadas, o que permite não apenas alargar os percursos de escolaridade, mas também as próprias competências e oportunidades das novas gerações.

E é esta análise de ciclo longo que o PISA oferece. Se lermos as mais de mil páginas já publicadas do relatório, veremos que sistematicamente se avalia a evolução dos países, desde a 1.^a edição, em 2000, elogiando-se repetidas vezes Portugal pela evolução consistente e progressiva, neste período.

Embora constantemente se diga que na Educação há demasiadas mudanças de orientação política, e as que existem fazem parte da vida democrática, este relatório, nas suas sucessivas edições, evidencia bem como, se há mudança, há também um caminho que se fez de aprofundamento e de continuidade na qualidade da oferta do sistema educativo.

Os resultados que agora conhecemos, e atualizados a 2015, mostram bem como as competências reveladas agora pelos jovens nascidos no ano 2000, resultam de muitos fatores que as enriqueceram. Estes estudantes ingressaram no 1.^o ciclo em 2006 e a maioria teve já oportunidade de frequentar ensino pré-escolar de qualidade, tendo tido a possibilidade de ingressar no sistema educativo a partir de 2003.

E como a OCDE e diversas outras instituições e especialistas têm assinalado, a intervenção ao nível do pré-escolar e do 1.^o ciclo é tão ou mais decisiva para o desenvolvimento dos estudantes como a intervenção nos ciclos educativos posteriores, ratificando a opção que fazemos pela aposta na universalização do pré-escolar.

Analisando com algum detalhe os dados, gostaria de frisar não apenas a evolução progressiva dos resultados médios – em todas as áreas - dos jovens portugueses, de 2000 a 2015, mas também o facto de esta estar associada a um processo de alargamento da escolaridade, assim como a níveis relativamente baixos de desigualdade nos resultados obtidos pelos jovens, em comparação com outros países.

Como o relatório refere, em várias passagens, Portugal foi dos poucos países que melhoraram os resultados consistentemente, sem aumentar as

desigualdades. Ou seja, os melhores alunos sabem hoje mais do que em 2000, mas os alunos com maiores dificuldades também.

A própria desigualdade observada, num primeiro momento, entre instituições privadas de ensino e escolas públicas, é explicada no relatório internacional.

Tal como na generalidade dos países da OCDE, quando se compara jovens de semelhantes condições socioeconómicas, as escolas públicas apresentam melhores desempenhos médios do que os estabelecimentos de ensino privado e cooperativo.

E – observando um aspeto nada secundário – conseguem-no com níveis muito superiores de equidade!

Cruzando estes resultados com outros estudos de avaliação que têm sido realizados, não será difícil reconhecer o impacto positivo nesta evolução de grandes programas nacionais como o Plano Nacional de Leitura (que celebra, este ano, o 10.º aniversário), o Plano de Ação para a Matemática, o Programa Ciência Viva, os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, a par de outras ações menos sonantes no que toca à qualificação, à racionalização e à estabilização da rede escolar que têm vindo a ser tomadas por sucessivos governos.

A própria Constituição da República Portuguesa, assim como a Lei de Bases do Sistema Educativo, francamente progressistas ou mesmo visionárias à época, estabeleceram não apenas princípios estáveis que permitiram a melhoria gradual do sistema educativo, mas também um quadro ambicioso de transformação, no sentido de ampliar progressivamente a sua qualidade, equidade e inclusão.

No entanto, importa realçar que, como qualquer ferramenta, o PISA tem limitações ao nível daquilo que mede.

De referir, por exemplo, que a própria OCDE já identificou a necessidade de conseguir medir as competências de cidadania, a sensibilidade artística ou os conhecimentos em ciências sociais que ainda não analisa. As capacidades de trabalhar em grupo, de se expressar oralmente ou explorar de forma criativa um tema – questões fundamentais do nosso tempo – ficam ainda de fora desta edição.

Cingindo-me ao espectro restrito de questões analisadas no relatório, há indicadores que nos preocupam.

Quando analisamos apenas os jovens de 15 anos, no 9.º e 10.º anos, os resultados são muito superiores à média da OCDE, o que mostra a qualidade e exigência do sistema educativo português.

Contudo, em Portugal mais de 30% dos jovens com 15 anos já apresentam uma retenção no seu percurso escolar e ainda demasiados deles apresentam mais do que uma retenção.

Estamos, infelizmente, numa montra em que não queremos estar: o dos 3 países da OCDE que apresentam maior taxa de retenção entre as mais de sete dezenas de países ou economias que este relatório analisa, quase triplicando a taxa média da OCDE, que ronda os 13%.

Ora, esta retenção tem custos anímicos, simbólicos e sociais brutais. Mas tem custos financeiros igualmente enormes, à volta de 250M€ anuais. E tem um mísero retorno, em qualquer destes níveis, pois nem responde ao insucesso nem ajuda ao sucesso.

Há, portanto, uma necessidade de esforço pedagógico e letivo adicional para combater as taxas de retenção portuguesas e assegurar que a meta de 10% de redução do abandono escolar precoce é atingida em 2020 e que, no mesmo ano, as nossas taxas de retenção sejam metade do que são hoje.

Um sistema orientado para a retenção, um sistema que a concebe como um castigo - com poucas hipóteses de redenção, aliás -, será sempre um sistema iníquo.

Esta situação agrava-se, quando constatamos que Portugal está entre os países cujas retenções estão mais associadas ao contexto socioeconómico dos estudantes, mesmo entre estudantes com um nível de desempenho semelhante no PISA. O mesmo ocorre com os alunos imigrantes ou filhos de imigrantes.

São depois muitos destes estudantes, de condições mais desfavorecidas e que acumulam retenções, que acabam por abandonar os estudos, sem completar os 12 anos de escolaridade obrigatória. É com eles a nossa maior preocupação e compromisso, no sentido de reforçar os princípios da coesão social e da igualdade de oportunidades e de, com eles e com quem os ensina, construirmos um percurso de sucesso escolar.

Por ser esse o nosso estágio de desenvolvimento e por ele ser melhor do que o que já foi, mas por estar ainda muito aquém do que a coesão social e a competitividade económica nacional exigem que seja, o muito que este estudo nos ensina vai plenamente ao encontro das ações que estão a ser desenvolvidas pelo atual governo.

Ao garantir que existe uma escola de qualidade para todos, em todo o território nacional.

Ao apostar na inovação pedagógica, nomeadamente reforçando o ensino experimental.

Ao apoiar as escolas a utilizar múltiplos métodos e instrumentos de avaliação.

Ao reforçar a autonomia das escolas, mas com a supervisão e monitorização nacional

Ao consolidar a formação dos professores e diretores.

Ao criar programas específicos de apoio aos estudantes com maiores dificuldades, evitando a retenção.

Ao adiar o momento de segmentação dos estudantes entre vias de ensino.

Ao garantir uma educação pré-escolar de qualidade para todos.

Ao providenciar apoios suplementares às escolas em contextos mais desfavorecidos.

Nestas minhas palavras, enunciei o leque de recomendações que o PISA 2015 nos faz, totalmente em linha com o que nos preocupa e que se encontra plasmado no Programa do atual Governo, no Programa Nacional de Reformas e nas medidas que temos vindo a adotar.

Uma nota final e de cariz mais pessoal.

Tenho um especial prazer em apresentar os resultados de um relatório PISA cujo principal enfoque é nas ciências. Não deixa de ser contraditório que o relatório note que os nossos jovens têm hoje mais competências científicas do que no passado, mas pensem, em menor número, seguir carreiras científicas ou, inclusive, que a ciência venha a ser útil para o seu futuro pessoal e profissional. Este equívoco parte de uma noção errada de ciência e que deve ser revista.

Tal como o relatório aponta – e eu subscrevo totalmente – o “pensar cientificamente” não é apenas apanágio dos cientistas, mas é sim uma competência fundamental para todos os cidadãos e profissionais no mundo atual.

Pensar – e agir cientificamente – é ser capaz de aprender continuamente, de não aceitar nenhuma verdade como absoluta ou imutável, de analisar racional e criticamente cada problema, de formular e experimentar diversas hipóteses, e de criar e inovar continuamente, na procura de melhores soluções.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Tal como dizia Karl Popper, a ciência é o domínio em que as ideias morrem em vez dos homens. E num mundo em que se continuam a matar e a violentar muitas pessoas, em função das suas ideias e convicções, bem precisamos da ciência. Desta noção da ciência.

Muito Obrigado a todos.

Tiago Brandão Rodrigues